

CONCURSO PÚBLICO

003. PROVA OBJETIVA

ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS I

ÁREA DE TRABALHO: GÁS CANALIZADO (CÓD. B02)

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 80 questões objetivas e um tema de redação a ser desenvolvido, e a folha de redação para transcrição do texto definitivo.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e nas folhas de respostas e de redação.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ A folha de redação deverá ser assinada apenas no local indicado; qualquer identificação ou marca feita pelo candidato no verso da folha de redação, que possa permitir sua identificação, acarretará a atribuição de nota zero à redação.
- ◆ É vedado, em qualquer parte do material recebido, o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material similar.
- ◆ Redija o texto definitivo e preencha a folha de respostas com caneta de tinta preta. Os rascunhos não serão considerados na correção. A ilegibilidade da letra acarretará prejuízo à nota do candidato.
- ◆ A duração das provas objetiva e de redação é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de redação, a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o texto para responder às questões de números **01** a **06**.

A revolução digital fortalece as previsões de que as casas ou lares inteligentes oferecerão mais conveniência e menos dispêndio de energia em um futuro próximo.

A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os moradores, com redução ou eliminação de trabalhos domésticos. Portanto, para que as edificações inteligentes tenham sucesso, elas deverão se estruturar com base nessa visão de conveniência como solução para os que vivem em um mundo acelerado e estar ancoradas em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis e fáceis de operar, tornando a vida das pessoas mais simples.

Além da conveniência, outro relevante benefício das casas inteligentes para os consumidores é a sua capacidade de incorporar aspectos relacionados à administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de ar e eletrodomésticos. Um conjunto de sensores, adequadamente configurados para gerenciar esses sistemas, pode gerar diminuição considerável nos gastos com energia, com reflexos ambientais e econômicos importantes.

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo para avaliar a economia no consumo de energia gerada com o uso de sensores inteligentes em um apartamento de um dormitório, cozinha, sala de estar, sala de jantar e banheiro. O estudo concluiu que a economia pode chegar a quase 40% do consumo médio mensal de energia.

A tendência de crescimento desse mercado é clara. A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes deve alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022. O crescimento estará calcado, principalmente, na conexão da casa com os ambientes digitais externos, como, por exemplo, a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de alimentos.

Naturalmente, a tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, tornando-se acessível e barata. Com isso, mais pessoas poderão utilizar-se dela, e novos padrões, modelos e estilos de vida devem se consolidar, principalmente nas áreas urbanas.

(Claudio Bernardes. Casas inteligentes trarão conveniência e reduzirão gasto de energia. *Folha de S.Paulo*. www.folha.uol.com.br. 22.01.18. Adaptado)

- 01.** Na opinião do autor, a evolução da tecnologia das casas inteligentes
- (A) levará a um menor gasto energético em decorrência do investimento público em fontes de energia renovável.
 - (B) ensejará o desenvolvimento de novos hábitos, especialmente entre os moradores de áreas urbanas.
 - (C) deverá se tornar mais barata em centros urbanos, o que acarretará uma intensificação do êxodo rural.
 - (D) permitirá que a conexão de eletrodomésticos com fornecedores de energia reduza as necessidades de consumo.
 - (E) fará com que as pessoas passem a dedicar mais tempo a atividades domésticas em seu dia a dia.
- 02.** O autor organiza sua argumentação de modo a apresentar,
- (A) no parágrafo 1, uma opinião para a qual expõe um argumento a favor e outro contra nos parágrafos 2 e 3, respectivamente.
 - (B) no parágrafo 2, uma informação polêmica que é contrariada logo em seguida, no parágrafo 3.
 - (C) no parágrafo 3, uma ressalva para o que se explicita no parágrafo 2 acerca das edificações inteligentes.
 - (D) nos parágrafos 2, 3 e 4, os dois principais benefícios das casas inteligentes apontados logo no parágrafo 1.
 - (E) no último parágrafo, uma informação que contesta o que foi exposto nos parágrafos anteriores.
- 03.** Considere a frase:
- A empresa de pesquisas Zion Market Research prevê que a tecnologia das casas inteligentes **deve** alcançar um faturamento de US\$ 53 bilhões (R\$ 170 bi) em 2022.
- Nesse contexto, a forma verbal destacada exprime ideia de
- (A) probabilidade.
 - (B) recomendação.
 - (C) refutação.
 - (D) obrigatoriedade.
 - (E) comprovação.
- 04.** Um vocábulo empregado com sentido figurado está em destaque na seguinte passagem:
- (A) ... outro **relevante** benefício das casas inteligentes para os consumidores... (3º parágrafo)
 - (B) ... elas deverão [...] estar **ancoradas** em uma grande variedade de sistemas tecnológicos acessíveis... (2º parágrafo)
 - (C) ... a conexão do refrigerador com os equipamentos dos fornecedores de **alimentos**. (5º parágrafo)
 - (D) A definição de conveniência para esses novos lares tecnológicos está ligada ao ganho de tempo para os **moradores**... (2º parágrafo)
 - (E) ... administração do gasto de energia, principalmente com iluminação, condicionamento de **ar** e eletrodomésticos. (3º parágrafo)

05. Considere o trecho:

O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia desenvolveu um estudo...

Esse trecho está reescrito, conforme a norma-padrão, com a forma verbal na voz passiva correspondente em:

- (A) Veio desenvolvendo um estudo o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (B) Foi o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia que desenvolveu um estudo.
- (C) Um estudo foi desenvolvido pelo departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (D) Um estudo foi que desenvolveu o departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia.
- (E) O departamento de engenharia da computação da Academia Árabe de Ciências e Tecnologia tinha desenvolvido um estudo.

06. Após o deslocamento da expressão destacada, permanece pontuada de acordo com a norma-padrão a frase:

- (A) A tecnologia das casas inteligentes **naturalmente**, continuará a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (B) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se **naturalmente**, acessível e barata.
- (C) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir tornando-se, **naturalmente** acessível e barata.
- (D) A tecnologia das casas inteligentes continuará, **naturalmente** a evoluir tornando-se acessível e barata.
- (E) A tecnologia das casas inteligentes continuará a evoluir, **naturalmente**, tornando-se acessível e barata.

Leia o texto para responder às questões de números 07 e 08.

Há pessoas que têm vergonha de viver: são os tímidos, entre os quais me incluo. Desculpem, por exemplo, estar tomando lugar no espaço. Desculpem eu ser eu. Quero ficar só! grita a alma do tímido que só se liberta na solidão. Contraditoriamente quer o quente aconchego das pessoas.

E para pedir aumento de salário – a tortura. Como começar? Apresentar-se com fingida segurança de quem sabe quanto vale em dinheiro – ou apresentar-se como se é, desajeitado e excessivamente humilde.

O que faz então? Mas é que há a grande ousadia dos tímidos. E de repente cheio de audácia pelo aumento com um tom reivindicativo que parece contundente. Mas logo depois, espantado, sente-se mal, julga imerecido o aumento, fica todo infeliz.

(Clarice Lispector. Vergonha de viver. *Aprendendo a viver*. Rio de Janeiro, Rocco Digital, 2013. Adaptado)

07. A contradição que a autora identifica no comportamento dos tímidos diz respeito ao fato de

- (A) desejarem permanecer igualmente isolados e acompanhados.
- (B) se sentirem oprimidos mesmo quando estão sozinhos.
- (C) se portarem de modo desajeitado na hora de pedir aumento.
- (D) ficarem envergonhados diante do próprio fato de existirem.
- (E) camuflarem uma segurança ao pedirem aumento de salário.

08. São empregadas como sinônimas, no texto, as palavras:

- (A) reivindicativo; contundente (3º parágrafo).
- (B) vergonha; solidão (1º parágrafo).
- (C) ousadia; audácia (3º parágrafo).
- (D) alma; aconchego (1º parágrafo).
- (E) espantado; imerecido (3º parágrafo).

09. A concordância está em conformidade com a norma-padrão na frase:

- (A) Embora aos tímidos não sejam agradáveis pedir aumento, às vezes isso é necessário.
- (B) São comuns que os tímidos se culpem depois de terem se exposto em certa ocasião.
- (C) Muitos tímidos são capaz de tornar-se extremamente ousado em determinadas situações.
- (D) Devem haver ousadia e timidez em todos, o que muda é a forma como são vivenciadas.
- (E) Os tímidos consideram torturante ter de pedir aumento, mas o fazem por necessidade.

10. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado corretamente, conforme a norma-padrão.

- (A) Vincula-se erroneamente aos tímidos à falta de coragem.
- (B) Para os tímidos, pedir aumento assemelha-se à alguma tortura.
- (C) Normalmente, não se associa ousadia à pessoas tímidas.
- (D) Atribui-se à timidez uma certa dificuldade em fazer amizades.
- (E) Muita gente relaciona timidez à uma certa atitude arrogante.

11. No gráfico a seguir, constam informações sobre o número de irmãos de 25 pessoas pesquisadas. Sabe-se que as 25 pessoas não têm entre si relacionamento familiar e que os irmãos de cada entrevistado são filhos do mesmo pai e mãe.



Com base nas informações contidas no gráfico, é correto afirmar que o número de irmãos, na população pesquisada, é, necessariamente,

- (A) igual a 41.
 (B) igual a 45.
 (C) maior ou igual a 46.
 (D) menor ou igual a 40.
 (E) maior que 41 e menor que 45.
12. Em um grupo composto por 300 pessoas, o número das que são servidores públicos corresponde a quatro unidades a mais que a nona parte dos que são funcionários da iniciativa privada, e o número de pessoas que são autônomas corresponde a quatro vezes o número de servidores públicos. Se nesse grupo de pessoas há apenas os subgrupos mencionados, então a diferença entre o número de pessoas autônomas e o de servidores públicos é igual a
- (A) 72.
 (B) 66.
 (C) 57.
 (D) 45.
 (E) 39.
13. Certa quantidade x de litros de um produto, quando dividido em recipientes do tipo A, enche y recipientes, sobrando 6,4 litros. Quando essa quantidade é dividida em recipientes do tipo B, com capacidade de 12 litros cada um, enche um número de recipientes que é uma unidade a menos que y , e ainda sobram 10 litros. Em recipientes do tipo C, cada um com 11 litros, a mesma quantidade x enche um número de recipientes que é uma unidade a mais que y , sobrando 8 litros. Dessa forma, é correto afirmar que a capacidade de cada vasilhame do tipo A, em litros, é igual a
- (A) 11,7.
 (B) 11,6.
 (C) 11,9.
 (D) 11,8.
 (E) 11,5.

14. Sobre um grupo de candidatos para os cargos A, B e C, sabe-se que 30 se inscreveram para as provas de todos os três cargos, 40 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e B, 55 se inscreveram somente para as provas dos cargos A e C, e 50 se inscreveram somente para as provas dos cargos B e C. Se 135 candidatos desse grupo se inscreveram para a prova do cargo A, 125 se inscreveram para a prova do cargo B, e 150 candidatos se inscreveram para a prova do cargo C, então é verdade que, das alternativas propostas, a que mais se aproxima da relação entre o número de candidatos que se inscreveram para uma única prova e o número total de candidatos desse grupo é
- (A) 17%.
 (B) 19%.
 (C) 11%.
 (D) 15%.
 (E) 13%.

15. Considere a sequência de figuras em que as primeiras são:

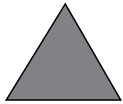


Figura 1
(triângulo)



Figura 2
(quadrado)

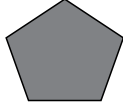


Figura 3
(pentágono)

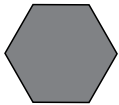


Figura 4
(hexágono)

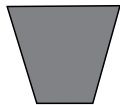


Figura 5
(trapézio)



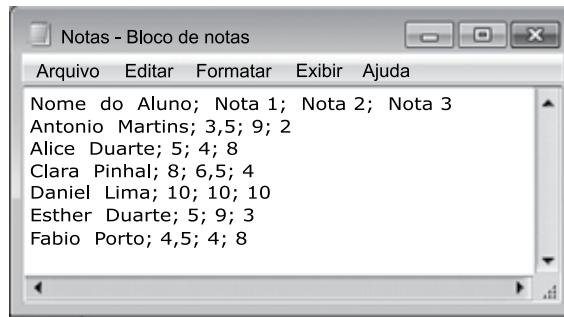
Figura 6
(losango)

Sabendo-se que a figura 7 é igual à figura 1, a figura 8 é igual à figura 2, a figura 9 é igual à figura 3, e assim por diante, é correto afirmar que a figura 148 é um

- (A) pentágono.
 (B) losango.
 (C) hexágono.
 (D) quadrado.
 (E) triângulo.
16. Considere *verdadeira* a afirmação “Se Márcia é Analista de Suporte, então Roberto é especialista em regulação” e *falsa* a afirmação “Márcia é Analista de Suporte e Roberto é especialista em regulação”.
- Nessas condições, é necessariamente verdade que
- (A) Márcia não é Analista de Suporte.
 (B) Márcia é Analista de Suporte.
 (C) Roberto é especialista em regulação.
 (D) Roberto não é especialista em regulação.
 (E) Márcia é Analista de Suporte ou Roberto não é especialista em regulação.

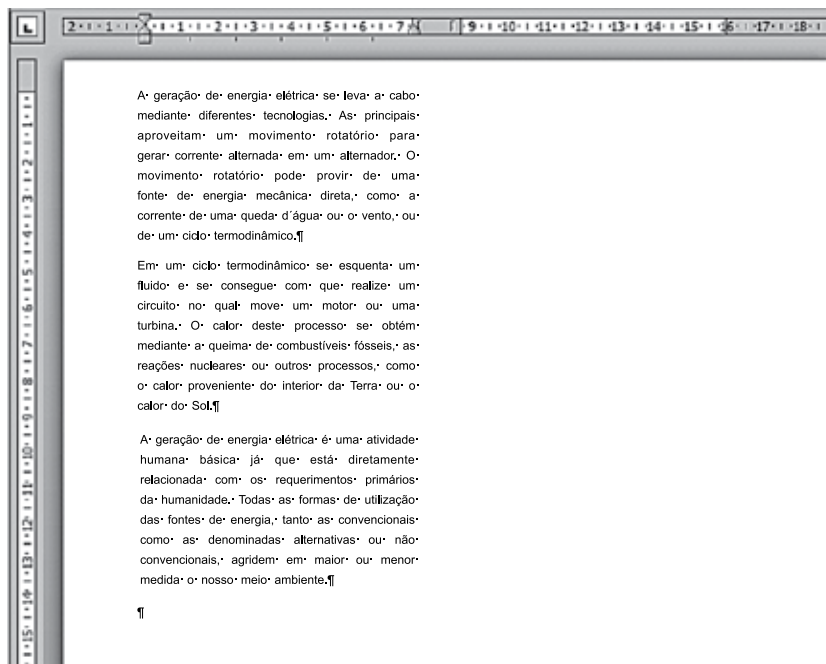
NOÇÕES DE INFORMÁTICA

17. Observe o arquivo a seguir, chamado Notas.csv, que está sendo importado pelo usuário para uma planilha no MS-Excel 2010, em sua configuração padrão, utilizando o item “De Texto”, do grupo “Obter Dados Externos”, da guia “Dados”.



Ao iniciar a importação do arquivo na primeira linha, utilizar o delimitador “ponto e vírgula” para separar os campos, definir o formato dos dados da coluna como Geral e inserir os dados em uma nova planilha, a partir da célula A1, o conteúdo da célula C4 será

- (A) 10
 - (B) 9
 - (C) 5
 - (D) 3,5
 - (E) 6,5
18. Observe a imagem a seguir, extraída do MS-Word 2010, em sua configuração original. Ela apresenta três parágrafos de um documento que está dividido em duas colunas.



Considere que os controles de quebras de página e coluna podem ser acessados no item “Quebras”, do grupo “Configurar Página”, da guia “Layout da Página”.

Ao se inserir uma quebra de coluna entre o primeiro e o segundo parágrafos,

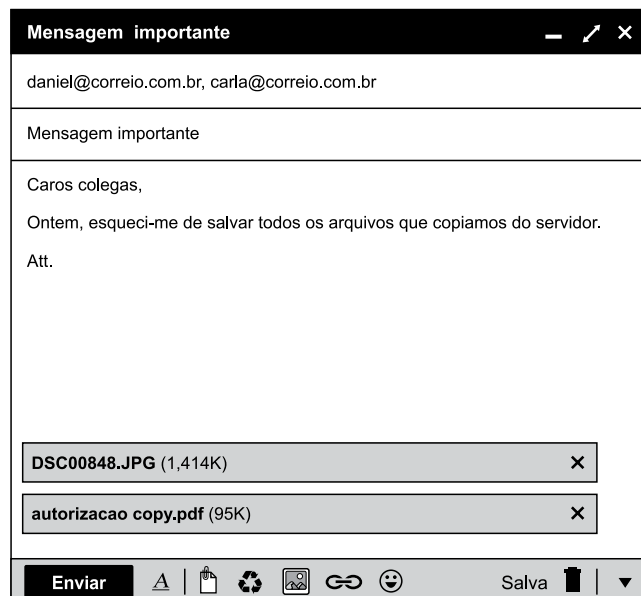
- (A) os três parágrafos serão descolados para uma nova página.
- (B) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para a segunda coluna.
- (C) apenas o segundo parágrafo será descolado para a segunda coluna.
- (D) apenas o segundo parágrafo será descolado para uma nova página.
- (E) o segundo e o terceiro parágrafos serão descolados para uma nova página.

19. Observe o Painel de Animação a seguir, extraído do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão. O slide em edição contém apenas uma forma, o Retângulo 3.



Assinale a alternativa que contém a duração da animação (em segundos) aplicada ao Retângulo 3 no segundo clique, após o usuário iniciar o modo de apresentação de slides.

- (A) 6
 - (B) 0
 - (C) 8
 - (D) 4
 - (E) 2
20. No MS-Windows-7, em sua configuração padrão, para exibir a área de trabalho, o usuário pode utilizar o atalho de teclado
- (A) Ctrl+A
 - (B) Tecla do logotipo do Windows + Z
 - (C) Ctrl+Z
 - (D) Tecla do logotipo do Windows + D
 - (E) Ctrl+D
21. Observe a tela de edição de novas mensagens do GMAIL, acessada no navegador Google Chrome, versão 64.0.3282.



O valor “95K” exibido na imagem identifica

- (A) o tamanho do arquivo anexado.
- (B) a quantidade de vezes que a mensagem foi “curtida”.
- (C) a quantidade de arquivos anexados.
- (D) a quantidade de vezes que a mensagem foi lida.
- (E) um código de acesso para abrir o arquivo.

- 22.** Nos termos da Lei Estadual nº 10.177/1998, a respeito do direito de petição, assinale a alternativa correta.
- (A) É instrumento legal contra ilegalidade ou abuso de poder e para a defesa de direitos, garantido, exclusivamente, a todo aquele que comprovar sua condição de cidadão brasileiro.
 - (B) O legitimado a exercê-lo deverá comprovar sua capacidade postulatória para defender seu interesse próprio ou de terceiros.
 - (C) Em nenhuma hipótese, a Administração poderá recusar-se a protocolar a petição, sob pena de responsabilidade do agente.
 - (D) As entidades associativas poderão exercê-lo, em defesa dos direitos dos seus membros, independentemente de autorização de seus estatutos.
 - (E) É assegurado a qualquer pessoa física, sem o pagamento de taxas, e à jurídica, mediante pagamento das custas a serem definidas pelo respectivo órgão público.
- 23.** Determinado órgão público decide vender seus bens móveis considerados inservíveis. Nessa hipótese, a Lei nº 8.666/1993 dispõe que essa venda deverá ser realizada por meio de
- (A) concorrência.
 - (B) convite.
 - (C) concurso.
 - (D) leilão.
 - (E) tomada de preços.
- 24.** A empresa "X" foi contratada pelo poder público, nos termos da Lei nº 8.987/1995, por meio de concessão para prestação de serviço público, e pretende fazer uma subconcessão do serviço contratado. Essa pretensão da empresa concessionária "X"
- (A) é permitida por lei, mas a outorga de subconcessão deve ser precedida de tomada de preços, com a prévia e expressa anuência do poder público.
 - (B) é admitida pela Lei, nos termos previstos no contrato de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.
 - (C) é possível de forma parcial, mas o contrato celebrado entre a concessionária e o terceiro estabelecerá uma nova relação jurídica entre este e o poder concedente.
 - (D) é permitida pela Lei, mas o subconcessionário se sub-rogará em todos os direitos e obrigações da subconcedente, não se limitando ao contrato da subconcessão.
 - (E) não é admitida pela Lei e, portanto, não pode ser autorizada pelo poder concedente, resultando em nulidade de eventual contrato de subconcessão.
- 25.** Segundo disposto na Lei Estadual nº 7.835/1992, na hipótese de uma concessionária de serviço público paralisar a prestação do serviço sem justa causa, a referida Lei dispõe que poderá, após procedimento sumário que assegure o direito de defesa à concessionária, ser declarada(o)
- (A) a encampação.
 - (B) a expropriação.
 - (C) o resgate.
 - (D) a caducidade.
 - (E) a anulação.
- 26.** A respeito dos consórcios públicos, a Lei nº 11.107/2005 estabelece que
- (A) os consórcios podem ser contratados pelos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
 - (B) os consórcios não poderão receber auxílios e subvenções de outros órgãos do governo.
 - (C) é vedada à União participar de consórcios públicos.
 - (D) é vedada a constituição de consórcios públicos na área da saúde.
 - (E) os consórcios constituídos sob a forma de associação pública não podem promover desapropriações.
- 27.** No tocante à responsabilidade, o Decreto Federal nº 6.017/2007, que disciplina os consórcios públicos, dispõe que
- (A) os consórcios não podem ser responsabilizados pelas obrigações assumidas, mas somente os entes federados consorciados.
 - (B) os consórcios e os entes federados consorciados respondem solidariamente pelas obrigações do consórcio público.
 - (C) os entes federados consorciados não poderão responder pelas obrigações assumidas pelo consórcio público.
 - (D) em nenhuma hipótese, os dirigentes do consórcio público responderão pelas obrigações por ele contraídas.
 - (E) os entes da Federação consorciados respondem subsidiariamente pelas obrigações do consórcio público.

28. Supondo que a Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP aplique a uma empresa privada uma sanção por descumprimento contratual, e a empresa apenas apresente um recurso administrativo, este será julgado pela

- (A) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos ou pela Secretaria de Energia e Mineração, de acordo com o caso, no exercício de uma função típica.
- (B) Secretaria de Energia e Mineração, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função típica.
- (C) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Executivo, no exercício de uma função atípica.
- (D) Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos, que integra o Poder Executivo, no exercício de função típica.
- (E) Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo, que integra o Poder Legislativo, no exercício de uma função típica.

29. A Constituição do Estado de São Paulo prevê expressamente um princípio pelo qual pode ser exigida proporcionalidade entre os meios de que se utilize a Administração e os fins que ela tem que alcançar. Considera-se, ainda, que essa proporcionalidade deve ser medida não pelos critérios pessoais do administrador, mas segundo padrões comuns na sociedade em que vive; e não pode ser medida diante dos termos frios da lei, mas diante do caso concreto. O conceito ora enunciado refere-se ao princípio

- (A) da finalidade.
- (B) da razoabilidade.
- (C) da motivação.
- (D) da eficiência.
- (E) do interesse público.

30. Considere a seguinte situação hipotética:

Uma pessoa encaminha pedido ao Serviço de Informação ao Cidadão da Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo – ARSESP, por meio eletrônico, solicitando cópia do contrato de metas celebrado em 2015 entre esta e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A informação solicitada, o contrato de metas, está disponível ao público em geral, em formato eletrônico, na página de internet da ARSESP.

Nesse caso, o agente público competente para responder pelo Serviço de Informação ao Cidadão deverá, nos termos da Lei Federal nº 12.527/11 e do Decreto Estadual nº 58.052/12,

- (A) deferir o pedido e remeter, pela via eletrônica, ao endereço de correio eletrônico do interessado, obrigatoriamente fornecido no pedido, o arquivo que contém o contrato solicitado.
- (B) indeferir o pedido do interessado, pois o acesso à informação não compreende documentos referentes à utilização de recursos públicos em contratos administrativos.
- (C) informar ao interessado, por escrito, o lugar e a forma pela qual ele poderá consultar, obter ou reproduzir a referida informação, no caso, o endereço eletrônico em que o contrato está disponibilizado.
- (D) indeferir o pedido do interessado, por falta de interesse de agir, já que o documento solicitado se encontra disponível ao público em geral.
- (E) informar o endereço eletrônico em que se encontra o contrato solicitado e encerrar a demanda, mesmo que o interessado declare que não possui acesso regular e contínuo à internet.

31. Considere a seguinte situação hipotética:

A diretoria da ARSESP, composta por 5 diretores, no exercício de suas funções, tomou uma decisão colegiada que veio a causar prejuízos à Agência. No entanto, Perseu, um dos diretores, estava ausente da reunião na qual foi tomada a decisão e não declarou, oportunamente, seu desacordo com o decidido. E Hércules, outro diretor, embora presente, amparado no Regimento Interno, havia manifestado formalmente seu desacordo com essa decisão. Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei Complementar nº 1.025/2007, no tocante à responsabilidade da Diretoria, é correto afirmar que

- (A) apenas Perseu não será responsabilizado pela decisão, porque estava ausente da reunião, mesmo que não tenha se manifestado.
- (B) todos os diretores deverão responder solidariamente pela decisão que causou prejuízo à Agência.
- (C) Perseu e Hércules não poderão ser responsabilizados, sendo responsáveis solidários apenas os três outros diretores.
- (D) apenas Hércules não será responsabilizado pela decisão, em razão da discordância formal por ele manifestada.
- (E) nenhum diretor responderá pela decisão, uma vez que esta foi tomada pelo órgão colegiado, devendo apenas a ARSESP ser responsabilizada.

32. Nos termos da Lei Complementar nº 1.025/2007, é correto afirmar que a representação judicial da ARSESP, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, será exercida

- (A) pela Diretoria Jurídica.
- (B) pela Procuradoria Geral do Estado.
- (C) pela Assessoria Jurídica.
- (D) pelo seu Vice-Diretor Jurídico.
- (E) pela sua Assessoria Técnica.

33. No que diz respeito à cessão de empregados da ARSESP a outros órgãos ou entidades da Administração Pública, o Decreto Estadual nº 52.455/2007 estabelece que é

- (A) vedada, exceto com prejuízo da remuneração, desde que autorizada pelo Governador.
- (B) vedada sem prejuízo da remuneração, exceto se a Diretoria declarar ser de interesse da autarquia.
- (C) expressamente vedada, em qualquer caso, com ou sem remuneração.
- (D) permitida sem prejuízo da remuneração, e vedada, em qualquer caso, com prejuízo da remuneração.
- (E) permitida com ou sem prejuízo da remuneração, desde que solicitada pelo Secretário da Casa Civil.

34. Nos termos do Decreto Estadual nº 52.455/2007, com relação às decisões da Diretoria da ARSESP sobre a aplicação de multas ou outras penalidades aos prestadores de serviços regulados, é correto afirmar que

- (A) não caberá recurso.
- (B) caberá pedido de parcelamento, com exclusão de multa e juros, no prazo de 15 dias da decisão definitiva.
- (C) o interessado poderá solicitar revisão à própria Diretoria.
- (D) caberá recurso ao Secretário Estadual de Saneamento e Energia.
- (E) caberá recurso ao respectivo Conselho de Orientação.

AGÊNCIAS REGULADORAS

35. O Órgão Regulador deve possuir uma base de informações técnicas e mercadológicas de boa qualidade, para poder exercer uma regulação eficiente e garantir a prestação do serviço público adequado, com tarifas módicas em um cenário empresarial competitivo. No entanto, se houver uma assimetria de informações, a ação da agência reguladora, sem uma base de dados e informações referentes ao negócio, essencial para balizar o nível da intervenção regulatória, pode ser menos efetiva na defesa do usuário ou até mesmo gerar risco significativo de inviabilizar a prestação do serviço. Essa teoria, que explora os problemas causados pela assimetria de informações, é denominada teoria

- (A) do agente principal.
- (B) das imperfeições do mercado.
- (C) de equilíbrio dos mercados.
- (D) da regulação.
- (E) da captura.

36. O Órgão Regulador pode estabelecer metas a serem atingidas pelas empresas que atuam nos setores regulados, buscando determinar as eficiências, tanto alocativa quanto produtiva, no setor. Essa técnica de regulação é denominada
- (A) *rate of return regulation*.
 - (B) controle de entrada e saída.
 - (C) controle de quantidade e de qualidade.
 - (D) subsídio cruzado.
 - (E) controle qualitativo.
37. Suponha que ocorra uma explosão de tubulação de gás canalizado a qual passe sob uma determinada rua e que este fato cause a morte de um pedestre, que transitava pelo local e não possui fornecimento de gás encanado em seu domicílio, situado em local muito distante daquele em que ocorreu o acidente. Diante do previsto no Código de Defesa do Consumidor, a concessionária do serviço de distribuição de gás canalizado responsável pela tubulação em questão
- (A) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos, sejam eles prestados diretamente pelo Estado, ou por terceiros, mediante concessão, não se submetem à disciplina do Código de Defesa do Consumidor.
 - (B) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, já que a vítima do evento não pode ser equiparada ao consumidor para essa finalidade.
 - (C) não deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, pois os serviços públicos somente são submetidos à disciplina do Código de Defesa do Consumidor se prestados diretamente pelo Estado.
 - (D) deve responder, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados à vítima, pois a vítima do evento é equiparada ao consumidor para essa finalidade.
 - (E) deve responder pela reparação dos danos causados à vítima, mediante a demonstração de dolo ou culpa, mas com direito de regresso em face do Poder Concedente, porque a vítima não se equipara a consumidor.
38. Sobre o Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, um dos órgãos que compõem o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE, assinale a alternativa correta.
- (A) É vedado ao Presidente e aos Conselheiros, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data em que deixar o cargo, representar qualquer pessoa, física ou jurídica, ou interesse perante o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, ressalvada a defesa de direito próprio.
 - (B) No caso de renúncia, morte, ou perda de mandato do Conselheiro, o cargo permanecerá vago até o final do período correspondente ao fim do mandato.
 - (C) Os cargos de Presidente e de Conselheiro são de dedicação exclusiva, não se admitindo qualquer acumulação, salvo as constitucionalmente permitidas.
 - (D) O Tribunal Administrativo, órgão judicante, tem como membros 1 (um) Presidente e 4 (quatro) Conselheiros escolhidos entre cidadãos com mais de 30 (trinta) anos de idade, de notório saber jurídico ou econômico.
 - (E) É permitido, ao Presidente e ao Conselheiro, emitir parecer sobre matéria de sua especialização, ainda que em tese, ou funcionar como Consultor de qualquer tipo de empresa.
39. Assinale a alternativa correta sobre o Programa de Leniência regulamentado na Lei que disciplina o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.
- (A) Para poderem celebrar o acordo de leniência, as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica devem colaborar efetivamente com as investigações e o processo administrativo, e, dessa colaboração, basta resultar a identificação dos demais envolvidos na infração.
 - (B) Da colaboração das pessoas física ou jurídica, deve, efetivamente, resultar a identificação dos demais envolvidos na infração ou a obtenção de informações e documentos que comprovem a infração noticiada ou sob investigação.
 - (C) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio do Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, poderá celebrar acordo de leniência com a extinção da ação punitiva da administração pública ou a redução da penalidade aplicável.
 - (D) Em caso de descumprimento do acordo de leniência, o beneficiário ficará impedido de celebrar novo acordo de leniência pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data de seu julgamento.
 - (E) O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), por intermédio da Superintendência-Geral, poderá celebrar acordo de leniência com as pessoas físicas ou jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica.

40. Acerca dos atos de concentração, é correto afirmar que

- (A) as mudanças de controle acionário de companhias abertas e os registros de fusão, sem prejuízo da obrigação das partes envolvidas, devem ser comunicados ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e pelo Departamento Nacional do Registro do Comércio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, respectivamente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis para, se for o caso, serem examinados.
- (B) os atos que se subsumirem ao caput do artigo 88 da Lei nº 12.529/2011 não podem ser consumados antes de apreciados, nos termos deste artigo e do procedimento previsto no Capítulo II do Título VI desta Lei, sob pena de nulidade, sendo ainda imposta multa pecuniária e aberto processo administrativo, se for o caso.
- (C) o controle dos atos de concentração será prévio e realizado em, no máximo, 360 (trezentos e sessenta) dias, a contar do protocolo de petição ou de sua emenda.
- (D) serão permitidos os atos de concentração que impliquem eliminação da concorrência em parte substancial de mercado relevante, que possam criar ou reforçar uma posição dominante ou que possam resultar na dominação de mercado relevante de bens ou serviços.
- (E) o Conselho Administrativo de Defesa Econômica regulamentará, por meio de Decreto, a análise prévia de atos de concentração realizados com o propósito específico de participação em leilões, licitações e operações de aquisição de ações por meio de oferta pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ASPECTOS INSTITUCIONAIS DO SETOR DE GÁS CANALIZADO

41. Tendo em vista as definições de usuário e usuário livre, contidas no Decreto Estadual de São Paulo nº 43.889/1999, é correto afirmar que
- (A) o usuário pode ser pessoa física ou jurídica, mas o usuário livre só pode ser pessoa jurídica.
 - (B) o usuário livre pode adquirir o serviço de distribuição de gás canalizado da concessionária ou de outros prestadores.
 - (C) ao usuário livre é vedado adquirir serviços de comercialização de gás canalizado das concessionárias, sendo-lhe permitido adquiri-los apenas dos comercializadores.
 - (D) o usuário é a pessoa física ou jurídica que utiliza os serviços de distribuição de gás canalizado fornecidos exclusivamente pela concessionária.
 - (E) o usuário pode utilizar os serviços de distribuição de gás canalizado fornecidos pelos comercializadores.
42. Conforme a legislação paulista relativa aos serviços locais de gás canalizado, a concessionária terá exclusividade, ao longo de todo período e dentro da sua área de concessão, do sistema de distribuição, bem como da operação deste, além da recepção e da entrega de gás canalizado, mas
- (A) os usuários comerciais poderão adquirir os serviços de comercialização de outros Agentes de Distribuição, além da concessionária.
 - (B) após o respectivo período de exclusividade, os usuários livres poderão contratar diretamente os serviços de comercialização de outros prestadores.
 - (C) esta exclusividade, durante todo o prazo de concessão, no que tange à comercialização, aplica-se apenas aos usuários residenciais.
 - (D) a movimentação do gás natural para consumo próprio em áreas de refinarias, em processos diretamente vinculados à atividade de refino de petróleo, deverá ser obrigatoriamente contratada junto à concessionária.
 - (E) após o período de exclusividade previsto no Contrato de Concessão, todos os usuários poderão contratar serviços de comercialização junto aos comercializadores.

- 43.** O arcabouço legal sobre concessão e permissão da prestação de serviços públicos de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo admite a prorrogação, a extinção e a revogação das respectivas concessões. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) A encampação consiste na retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, a exclusivo critério do Chefe do Poder Executivo estadual.
 - (B) Os bens reversíveis, direitos e privilégios transferidos à concessionária só retornam ao Poder Concedente nos casos de extinção do contrato de concessão pelo advento do termo final do contrato.
 - (C) A declaração de caducidade da concessão dar-se-á apenas em caso de inexecução total do contrato de concessão.
 - (D) Extinta a concessão, a assunção do serviço pelo Poder Concedente depende de prévia e expressa autorização judicial.
 - (E) No caso de descumprimento, pelo Poder Concedente, do contrato de concessão, este poderá ser rescindido por iniciativa da concessionária, mediante ação judicial especialmente intentada para esse fim.
- 44.** Embora o Contrato de Concessão para Exploração de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado em São Paulo preveja que a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia, há uma série de obrigações que este mesmo Contrato impõe à concessionária. É dever da concessionária
- (A) contratar e manter em vigor seguros para fazer face à cobertura de bens e pessoas, pelos riscos inerentes à exploração do serviço.
 - (B) atender os pedidos dos interessados na utilização dos serviços concedidos, nos prazos e condições fixados nas suas normas internas.
 - (C) fornecer à ARSESP cópias de todos os contratos de trabalho firmados entre ela e seus empregados.
 - (D) publicar anualmente, de forma individualizada, a remuneração de seus Diretores e Gerentes, inclusive eventuais participações em lucros ou resultados.
 - (E) fornecer serviços de manutenção dos equipamentos das Instalações Internas dos Usuários.
- 45.** Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo possuem cláusula sobre Fiscalização dos Serviços, de teor equivalente em todos eles, segundo a qual
- (A) o acesso dos servidores da ARSESP a projetos, obras, instalações e equipamentos vinculados aos serviços, inclusive seus registros contábeis, depende de prévia e expressa autorização judicial.
 - (B) a fiscalização técnica e comercial dos serviços de gás canalizado não abrange o acesso aos contratos celebrados com usuários e fornecedores.
 - (C) a emissão de títulos de dívida é considerada atividade estritamente privada das concessionárias, não estando sujeita a exame pela fiscalização da ARSESP.
 - (D) após a fiscalização da ARSESP, as concessionárias ficam eximidas de responsabilidade por eventuais incorreções dos registros contábeis e das operações financeiras examinadas na fiscalização.
 - (E) as concessionárias devem submeter ao exame e à aprovação da ARSESP todos os contratos, acordos ou ajustes celebrados entre elas e seus respectivos acionistas controladores.
- 46.** As cláusulas décima oitava, décima nona e vigésima dos Contratos de Concessão dos Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo dispõem, respectivamente, sobre integração vertical, compromissos dos controladores e garantia do cumprimento de metas. Analisando o teor de tais cláusulas, é correto afirmar que
- (A) a concessionária fornecerá à ARSESP, para a cobertura de suas correspondentes obrigações, Garantia de Cumprimento das Metas na modalidade de caução em dinheiro, títulos da dívida pública, seguro ou fiança bancária, a critério da ARSESP.
 - (B) o acionista ou cotista controlador da concessionária pode transferir o respectivo controle mediante simples comunicação escrita à ARSESP.
 - (C) a ARSESP poderá deduzir da Garantia de Cumprimento de Contrato as multas e outras penalidades previstas no Contrato de Concessão, relativas à execução das metas mínimas nele estabelecidas.
 - (D) os contratos não estipularam qualquer limitação para o fornecimento de gás natural pela concessionária a empresas a ela vinculadas (controladas, controladora e coligada).
 - (E) é vedada a revisão dos valores da Garantia de Cumprimento de Metas durante todo o prazo de vigência dos Contratos de Concessão.

47. A Lei Federal nº 11.909/2009 dispõe sobre as atividades relativas a transporte, tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural e contém capítulo específico sobre distribuição e comercialização de gás natural. Dos dispositivos que integram o referido capítulo, depreende-se que
- (A) caso as instalações de distribuição sejam construídas pelo consumidor livre, pelo autoprodutor ou pelo autoimportador, a distribuidora estadual poderá solicitar-lhes que as instalações sejam dimensionadas de forma a viabilizar o atendimento a outros usuários.
 - (B) os contratos de comercialização de gás natural celebrados entre as concessionárias estaduais de serviços de distribuição de gás canalizado e os usuários deverão ser registrados na Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).
 - (C) o consumidor livre, o autoprodutor ou o autoimportador poderão construir e implantar, diretamente, instalações e dutos para o seu uso específico, mediante autorização exclusiva da ANP.
 - (D) o consumidor livre, o autoprodutor ou o autoimportador não se sujeitam à legislação estadual relativa à distribuição de gás canalizado.
 - (E) é vedada a inclusão de cláusula de arbitragem em contratos de comercialização de gás natural.
48. Considerando que a Lei nº 11.909/2009 é uma lei federal, a aplicação de algumas das suas disposições relacionadas com os serviços locais de gás canalizado fica condicionada à legislação estadual, como:
- (A) as exigências societárias das autorizações para a instalação de Unidades de Processamento de Gás Natural.
 - (B) o acesso de terceiros a terminais de liquefação e regaseificação de gás natural localizados nos estados.
 - (C) a elaboração dos planos de expansão da malha de dutos de transporte localizados no estado.
 - (D) as regras tarifárias para os dutos de distribuição de uso específico dos consumidores livres.
 - (E) as normas aplicáveis à atividade de estocagem de gás natural em reservatórios de hidrocarbonetos em formações geológicas não produtoras de hidrocarbonetos.
49. A política energética nacional e as atividades relativas ao monopólio do petróleo, dentre outras matérias, constituem o objeto da Lei nº 9.478/1997, também conhecida como Lei do Petróleo. Sobre o gás natural, esta Lei contém alguns dispositivos, dentre eles:
- (A) a competência dos órgãos estaduais para especificar a qualidade do gás natural.
 - (B) a competência concorrente da ANP e dos órgãos estaduais para regular a Distribuição de Gás Canalizado.
 - (C) a utilização da pressão de serviço como critério para fazer a distinção entre gasodutos de transporte e de distribuição.
 - (D) a disciplina das atividades de exploração e produção de gás natural e a competência da ANP como agência reguladora de nível federal.
 - (E) a obrigação de os órgãos estaduais de regulação da Distribuição de Gás Canalizado informarem periodicamente à ANP os valores das tarifas praticadas no âmbito do Estado.
50. A Deliberação ARSESP nº 732/2017, que dispõe sobre as condições gerais de fornecimento de gás canalizado no Estado de São Paulo, apresenta artigo contendo definições do significado de determinadas palavras e expressões nela usadas. Assinale a alternativa que apresenta definição condizente com o texto da mencionada norma.
- (A) Estação de Transferência de Custódia – ETC é o conjunto de equipamentos e instalações onde é feita a transferência de propriedade do Gás, do Transportador à Concessionária, e que tem por finalidade regular a pressão, assim como medir e registrar o volume de Gás fornecido, de modo contínuo, nas condições de entrega estabelecidas em contrato.
 - (B) Conjunto de Regulagem de Calçada – CRC é um compartimento instalado sob a calçada de via pública, cujo principal componente é um regulador de pressão, para suprir uma única Unidade Usuária ligada a partir de Rede de Distribuição de Gás em Calçadas.
 - (C) Abrigo é um compartimento ou construção, preparado pela Concessionária, que se destina à proteção de um ou mais Medidores e/ou outros instrumentos instalados pela Concessionária com escopo de medir o volume de gás fornecido a uma ou mais Unidades Usuárias.
 - (D) Gás Natural Veicular – GNV é a denominação do combustível líquido ou gasoso, destinado ao uso veicular e cujo componente principal é o metano, observadas as especificações estabelecidas pela ARSESP.
 - (E) Medidor é o aparelho ou instrumento instalado pela Unidade Usuária, com a finalidade de medir a quantidade de Gás consumida a cada mês calendário.

- 51.** Quanto aos pedidos de ligação ao Sistema de Distribuição de Gás, a Deliberação ARSESP nº 732/2017 prevê que a Concessionária
- (A) só é obrigada a fornecer ao Interessado o número de protocolo de atendimento, referente ao pedido de ligação efetuado por meio presencial ou telefônico.
 - (B) não pode realizar ligação de Gás a uma Unidade Usuária, quando a respectiva Instalação Interna não atender aos requisitos de segurança e demais itens previstos nas normas e padrões técnicos estabelecidos pela Concessionária e aprovados ou homologados pela ARSESP.
 - (C) só está obrigada a atender aqueles que sejam considerados comercialmente interessantes e desde que cumpridas pelo Interessado as condições previstas na legislação e nos Padrões Técnicos da Concessionária.
 - (D) é obrigada a ampliar a capacidade e expandir o seu Sistema de Distribuição de Gás, até o Ponto de Entrega relacionado com pedido de ligação, independentemente da viabilidade técnica e econômica.
 - (E) deve entregar ao Interessado, antes da efetivação da ligação da Unidade Usuária, aviso de que se encontra à disposição do Interessado, na sede da Concessionária, o texto do Contrato de Adesão, quando aplicável esta modalidade de contrato.
- 52.** Nos termos das condições gerais de fornecimento de gás canalizado no Estado de São Paulo, durante todo o período de Concessão, os Usuários de Gás farão uso do Sistema de Distribuição operado pela respectiva Concessionária, cabendo a esta a cobrança de Tarifa pela sua utilização, conforme regulamentação da ARSESP. Sobre isso, é correto afirmar que
- (A) os Usuários dos Segmentos Comercial, Residencial e Residencial – Medição Coletiva poderão tornar-se Usuários Livres, obedecidas as condições do Mercado Livre.
 - (B) o consumo relativo às dependências de áreas comuns dos conjuntos habitacionais não pode, em hipótese alguma, ter medição à parte.
 - (C) os prédios ou edificações integrantes de um único condomínio, residencial ou comercial, que possua apenas um Ponto de Entrega, são proibidos de utilizar instrumentos de medição individualizada.
 - (D) havendo um único Ponto de Entrega no condomínio, residencial ou comercial, o Medidor instalado terá caráter coletivo, com uma única medição por ciclo de faturamento, podendo a Concessionária cobrar taxa aprovada pela ARSESP pelo eventual rateio da conta entre os condôminos.
 - (E) será admitido o agrupamento de unidades imobiliárias autônomas em um único Ponto de Entrega, quando se tratar de conjunto habitacional ou comercial, constituído de Usuários do Segmento Residencial ou Comercial, com perfil semelhante e sob administração de responsável jurídico único.
- 53.** As aferições de consumo do Gás Natural são feitas por meio de um Medidor que fica em cada Unidade Usuária. Periodicamente, um representante da Concessionária faz a leitura do consumo, gerando um boleto de cobrança bancária e uma nota fiscal com os dados de consumo, os quais são encaminhados ao Usuário para pagamento. Consideradas as normas da ARSESP relativas à Medição, é correto afirmar que
- (A) em caso de discordância com a Medição, o Usuário poderá contratar empresa especializada independente para revisar e calibrar os medidores.
 - (B) a indisponibilidade de Medidores é uma das razões que pode ser invocada pela Concessionária para negar ou retardar a ligação e o início do fornecimento de Gás aos Usuários.
 - (C) são de responsabilidade da Concessionária a instalação, operação, manutenção, inspeção, calibração, ajuste e retirada dos medidores instalados nos pontos de entrega.
 - (D) a medição do volume de Gás, para fins de faturamento, é a realizada por intermédio dos equipamentos instalados pelo Usuário no Ponto de Entrega.
 - (E) quando a Concessionária detectar alguma quebra ou falha no funcionamento do Medidor, deverá efetivar a sua substituição no prazo máximo de 30 (trinta) dias da constatação do defeito.
- 54.** Nos casos em que for exigida a garantia e houver recusa do Usuário em depositá-la, a Concessionária poderá interromper o fornecimento de Gás, mediante aviso prévio e por escrito. Conforme as condições gerais de fornecimento de gás canalizado no Estado de São Paulo, o Serviço de Distribuição de Gás poderá também ser interrompido
- (A) caso o Usuário execute interligação clandestina ou religação à revelia da Concessionária.
 - (B) somente mediante autorização judicial prévia a requerimento da Concessionária em caso de inadimplemento do Usuário.
 - (C) se constatado que o Usuário revendeu Gás a terceiros, desde que por valor inferior ao da tarifa estipulada pela ARSESP.
 - (D) no caso de rompimento de lacres pelo Usuário, desde que a Concessionária comprove a ocorrência de alterações nas condições do fornecimento ou da medição.
 - (E) por motivo de ordem técnica ou de segurança relacionado com Sistema de Distribuição de Gás, mediante prévia e expressa autorização da ARSESP.

- 55.** No que se refere às penalidades por infrações legais e contratuais relativas à prestação de serviços, à implantação e à operação de instalações de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, é correto afirmar que
- (A) o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC poderá, enquanto vigente e em cumprimento, suspender as penalidades de caducidade, intervenção ou embargos de obras, mas não a multa.
 - (B) advertência, multa, embargos de obras, interdição de instalações, intervenção administrativa, caducidade e declaração de inidoneidade são todas as modalidades de penalidades possíveis de aplicação ao Agente de Distribuição.
 - (C) a ARSESP tem competência para declarar a inidoneidade do Agente de Distribuição para licitar e contratar com a Administração Pública, como penalidade pelas infrações mais graves previstas na legislação.
 - (D) a aplicação de penalidade pecuniária dispensa o Agente de Distribuição de regularizar as não conformidades constatadas pela fiscalização.
 - (E) os valores das multas, conforme a gravidade da infração, são estabelecidos como valores fixos ou percentuais sobre a Receita Bruta Anual.
- 56.** Suponha que, durante ação fiscalizadora da ARSESP, é lavrado Termo de Notificação – TN pela não conformidade de o Agente de Distribuição praticar descontos tarifários em desacordo com o estabelecido na legislação. Nesse caso,
- (A) a ARSESP encaminhará ao Agente de Distribuição, juntamente com o TN, uma minuta de Termo de Ajustamento de Conduta.
 - (B) o Agente de Distribuição, notificado, terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento do TN, para manifestar-se sobre o objeto do mesmo.
 - (C) o TN será imediatamente encaminhado ao responsável pela ação fiscalizadora para a emissão do Auto de Infração.
 - (D) se o Agente de Distribuição firmar o respectivo Termo de Retratação, o TN será automaticamente arquivado.
 - (E) o TN é nulo porque a não conformidade descrita nele não constitui infração, sendo a Concessionária livre para dar descontos tarifários em quaisquer condições.
- 57.** O processo administrativo punitivo no âmbito da ARSESP tem por objetivo aplicar, aos Agentes de Distribuição, as penalidades previstas nas normas pertinentes, garantidos a ampla defesa e o contraditório e obedecida a regra de procedimento segundo a qual:
- (A) o processo administrativo punitivo será sigiloso até a decisão final, salvo em relação ao autuado ou seu procurador, ou ainda em caso de realização de Audiência Pública.
 - (B) para a mesma ação fiscal, podem ser lavrados múltiplos Autos de Infração – AI, apontando quantas forem as infrações cometidas.
 - (C) o Auto de Infração – AI deverá conter, tão somente, o nome e o endereço do autuado e o fato constitutivo da infração.
 - (D) constatado vício de qualquer natureza, o Auto de Infração – AI não poderá ser retificado de ofício, sendo considerado nulo de pleno direito.
 - (E) é obrigatória a realização de Audiência Pública no intuito de ouvir as partes interessadas no processo administrativo punitivo.
- 58.** No marco da Política Estadual de Mudanças Climáticas – PEMC, instituída pela Lei nº 13.798/2009, o Estado de São Paulo busca aumentar a participação das fontes renováveis de energia na matriz energética e reduzir a emissão dos gases do efeito estufa. Considerando o biometano uma fonte energética sustentável e renovável e o grande potencial do Estado de São Paulo na geração desse gás, a ARSESP criou normas sobre as condições de sua distribuição na rede de gás canalizado, destacando-se o dispositivo segundo o qual
- (A) a Concessionária poderá negar o acesso do Fornecedor à rede de distribuição de gás canalizado, caso considere tal acesso comercialmente irrelevante.
 - (B) o edital de Solicitação Pública de Propostas é de responsabilidade exclusiva da Concessionária, não cabendo à ARSESP revisá-lo ou aprová-lo.
 - (C) a classificação do usuário como Usuário Livre de Biometano fica condicionada ao consumo mínimo estipulado pela ARSESP.
 - (D) no caso de comercialização de biometano por caminhões feixe, é do Fornecedor a obrigação de odorá-lo, inclusive para levar o energético até a Estação de Transferência de Custódia – ETC.
 - (E) qualquer Usuário pode firmar Contrato de Compra e Venda de Biometano com qualquer Fornecedor.

59. As normas sobre a distribuição de biometano na rede de gás canalizado paulista estipulam que a aquisição desse gás para o Mercado Regulado deve obedecer a determinadas regras. Assinale a alternativa que corresponde a uma dessas regras.

- (A) Fica a critério da Concessionária adotar o procedimento denominado Solicitação Pública de Propostas para a compra de biometano.
- (B) O edital da Solicitação Pública de Propostas deverá ser afixado nas sedes da Concessionária e da ARSESP para conhecimento público.
- (C) Os editais de Solicitação Pública de Propostas para a compra de biometano deverão ser submetidos pela Concessionária à aprovação da ARSESP.
- (D) As Concessionárias negociarão livremente com os Fornecedores as condições de fornecimento do biometano, inclusive quanto a volumes e prazos.
- (E) O edital de Solicitação Pública de Propostas deverá conter apenas o prazo para o início do fornecimento e o volume de biometano a ser adquirido pela Concessionária.

60. O Fornecedor de biometano

- (A) não é o responsável pelos riscos e perdas de biometano até o Ponto de Recepção.
- (B) é obrigado a construir e operar os dutos para movimentação do biometano das áreas de produção até os Pontos de Recepção.
- (C) é a pessoa física ou jurídica que produz e comercializa o biometano.
- (D) é obrigado a participar de todas as Solicitações Públicas de Propostas de compra de biometano realizadas pela Concessionária em cuja área de concessão esteja localizado.
- (E) é responsável pela qualidade do gás a ser entregue no Ponto de Recepção.

61. O gás natural liquefeito, ou GNL, é caracterizado por apresentar

- (A) em sua composição, um líquido denso que reage quimicamente com o gás, a fim de mantê-lo no estado líquido.
- (B) uma temperatura muito baixa (criogênica), enquanto sua pressão é próxima da atmosférica.
- (C) uma pressão elevada de forma que o gás se transforme em líquido, enquanto é armazenado em tanques aéreos na temperatura ambiente.
- (D) em sua composição, uma mistura de propano e butano.
- (E) uma mistura de hidrocarbonetos muito densos, de forma que a densidade elevada do gás o mantenha no estado líquido.

62. O gás natural comercializado no Brasil é uma mistura de gases que

- (A) tem o metano como o componente dominante, cuja porcentagem mínima é assegurada por lei.
- (B) entra em combustão espontânea ao se misturar com o gás oxigênio na temperatura ambiente, e, por isso, é necessário cuidado na sua manipulação, no seu transporte e no seu armazenamento.
- (C) tem o gás nitrogênio em sua composição para se adequar às condições ambientais de redução de emissões de carbono. Por isso, as empresas distribuidoras de gás natural misturam grandes quantidades desses gases inerte antes da distribuição.
- (D) é dominada por iguais quantidades de propano, butano e metano.
- (E) pode ser comercializada em botijões de 13 kg, utilizados pelas companhias de gás liquefeito de petróleo – GLP, o que confere uma competição direta de mercado no setor residencial.

63. Com relação ao biometano, é correto afirmar que

- (A) sua odorização é desnecessária devido à sua origem orgânica.
- (B) aquele obtido a partir de resíduos sólidos urbanos só pode ser utilizado em equipamentos residenciais e comerciais, sendo vedada a sua utilização veicular.
- (C) é resultante da purificação do biogás.
- (D) é produzido em poços de gás natural e petróleo localizados em regiões onde, no passado, havia densas florestas.
- (E) sua distribuição deve ser realizada de forma canalizada em linha própria e que jamais deve ser misturado com gás natural.

64. Conforme regulamentado pela ANP, em relação ao percentual do gás metano no gás natural comercializado no país (exceto na região Norte), à pressão de 1 atm normal e à temperatura de 20 °C, é correto afirmar que
- (A) não há limite mínimo, mas o gás metano necessariamente deve estar presente.
 - (B) o limite mínimo é 50,1%.
 - (C) o limite mínimo é 96%.
 - (D) o limite mínimo é 85%.
 - (E) o limite mínimo é 35%.
65. Assinale a alternativa correta com relação à produção e/ou à distribuição do gás natural.
- (A) Por ser um subproduto da extração do petróleo, leis internacionais recomendam que a parte volátil do gás natural seja queimada em *flares* nas plataformas, evitando os custos de seu armazenamento e transporte.
 - (B) A fim de melhor aproveitar suas propriedades, o gás natural produzido deve ser injetado diretamente na rede de distribuição, isto é, como se encontra na natureza; isso lhe confere o maior poder calorífico possível.
 - (C) O gás natural extraído de jazidas passa por um processo de tratamento em plantas chamadas de UPGN – unidades de processamento de gás natural – antes da sua distribuição; nessas unidades, são extraídas as impurezas e os condensados do gás natural.
 - (D) O gás natural é produzido exclusivamente em conjunto com a extração do petróleo e, por isso, é chamado de gás associado.
 - (E) Os gases inertes desempenham um importante papel na composição do gás natural, pois asseguram que sua combustão vai ocorrer de forma segura.
66. Em relação à tarifação do gás natural, assinale a alternativa correta.
- (A) A fim de estimular o consumidor pelo emprego do gás natural, a legislação estabelece que seu preço deve ser 90% do preço do gás liquefeito de petróleo – GLP.
 - (B) A tarifação depende do segmento setorial e da faixa de consumo.
 - (C) Deve ser uniforme e ter um valor único para todo o território nacional.
 - (D) A tarifa do consumidor residencial deve ter a isenção de ICMS, a fim de estimular o seu consumo em substituição ao aquecimento elétrico da água.
 - (E) O gás natural veicular deve, na base energética, ter a sua tarifa equivalente ao preço médio do etanol, isto é, a venda é regulada pelo conteúdo energético equivalente.
67. A certificação do biometano é estabelecida em resolução da ANP. Entre as exigências, destaca-se que
- (A) o Certificado da Qualidade do Biometano deve ser emitido por profissional de nível superior da área de Biologia.
 - (B) a ANP somente reconhece como biometano aquele gás oriundo de aterros sanitários.
 - (C) a Certificação da Qualidade deve ser realizada mensalmente por órgão de proteção ambiental estadual do local onde o empreendimento se encontra.
 - (D) a ANP firmou parceria em nível nacional para que a municipalidade local realize toda a fiscalização da operação de plantas de biometano, a fim de assegurar a segurança operacional.
 - (E) o produtor deve fazer análises diárias do biometano em linha, exceto de enxofre total, e emitir o correspondente Certificado da Qualidade.
68. De acordo com a Resolução ANP nº 685, as quantias máximas de CO₂ na base molar admissível no biometano proveniente de produtos e resíduos agrossilvopastoris e comerciais e no biometano proveniente de aterros e estações de tratamento de esgotos são, respectivamente:
- (A) 3% e 4,5%.
 - (B) 1,5% e 1,5%.
 - (C) 4,5% e 3%.
 - (D) 1,5% e 2,5%.
 - (E) 3% e 3%.
69. Faz(em) parte das atribuições da ARSESP
- (A) a exploração e a distribuição direta de gás canalizado no Estado de São Paulo, ou mediante concessão.
 - (B) instituir o padrão de qualidade e composição do gás natural distribuído no Estado de São Paulo.
 - (C) garantir que o gás natural e o gás liquefeito de petróleo atendam aos nichos de mercado a que se destinam, evitando uma competição direta entre esses dois gases combustíveis.
 - (D) estimular e regulamentar a competição de todos os energéticos disponíveis no Estado de São Paulo.
 - (E) regulamentar a distribuição do gás natural para o consumidor final e o fornecimento direto do gás natural, a partir de gasodutos de transporte, para uso industrial.

- 70.** De acordo com o Anuário Estatístico da ANP 2017, é correto afirmar que
- (A) o Brasil estava, em 2016, entre os 10 maiores produtores de gás natural do mundo.
 - (B) o Estado do Amazonas foi, em 2016, o maior produtor de gás natural do país, seguido pelo Pará.
 - (C) o gás natural produzido no Brasil, na sua maioria, provém de jazidas terrestres.
 - (D) os Estados que mais produziram gás natural em 2016 foram o Rio de Janeiro, em primeiro lugar, e São Paulo, em segundo lugar.
 - (E) a Bolívia é o maior produtor de gás natural da América Central e do Sul da atualidade.
- 71.** A ANP define o gás natural veicular – GNV – como
- (A) combustível líquido ou gasoso, destinado ao uso veicular, proveniente do gás natural, ou do biometano, ou da mistura de ambos, tendo o metano como componente dominante.
 - (B) combustível destinado ao uso veicular, proveniente exclusivamente do gás natural, sendo o metano o gás dominante.
 - (C) combustível gasoso, destinado ao uso veicular, proveniente do gás natural, ou do biometano, ou da mistura de ambos, cujo gás dominante é o metano.
 - (D) gás proveniente da mistura de hidrocarbonetos compostos de dois ou mais átomos de carbono na sua composição elementar.
 - (E) gás formado por uma mistura dos gases propano e butano, em proporções aproximadamente iguais, tendo um mínimo de 25% de metano na sua composição.
- 72.** Devido às características físico-químicas do gás natural e do biometano, é correto afirmar que, em caso de vazamento,
- (A) constituem um potencial perigo, pois tendem a se acumular em regiões mais baixas, já que são mais densos do que o ar atmosférico.
 - (B) dispersam-se rapidamente, já que são menos densos do que o ar atmosférico.
 - (C) reagem rapidamente com o ar atmosférico, vindo a formar um hidrato altamente inflamável.
 - (D) reagem rapidamente com o ar atmosférico, vindo a formar um hidrato não inflamável.
 - (E) a reação química do metano com o gás nitrogênio da atmosfera causa intensa luminescência.
- 73.** Em relação ao percentual do gás metano no biometano comercializado no país na pressão de 1 atm normal e à temperatura de 20 °C, regulamentado pela ANP, assinale a alternativa correta.
- (A) Não há limite mínimo, desde que o gás metano seja o gás dominante.
 - (B) O limite mínimo é 51%.
 - (C) O limite mínimo é 66,6%.
 - (D) O limite mínimo é 90%.
 - (E) O limite mínimo é 80%.
- 74.** Na atualidade, a distribuição e a comercialização do gás canalizado no Estado de São Paulo se dá
- (A) por meio de três empresas privadas concessionárias.
 - (B) por uma empresa de controle majoritário do governo federal.
 - (C) por meio de duas empresas privadas concessionárias.
 - (D) diretamente por uma empresa de controle majoritário do governo paulista.
 - (E) por meio de uma empresa de capital misto.
- 75.** A tarifa do gás canalizado no Estado de São Paulo é determinada pela
- (A) GASESP.
 - (B) Secretaria de Energia, que leva em consideração o preço mundial do combustível e a variação cambial.
 - (C) ARSESP.
 - (D) Assembleia dos deputados paulistas, por meio de projeto de lei.
 - (E) ANP.
- 76.** A produção de biogás está relacionada com
- (A) o processo de reforma a vapor de água do gás natural.
 - (B) a gaseificação de material orgânico.
 - (C) o processo de reação de óleos vegetais com resíduos orgânicos em alta temperatura.
 - (D) a reação química com o gás carbônico, o que contribui para a diminuição desse gás na atmosfera.
 - (E) a decomposição biológica de matéria orgânica sem a presença do ar atmosférico (anaeróbica).

77. Nos contratos de concessão de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, conta gráfica refere-se
- (A) a uma metodologia de cálculo de projeção do preço futuro do gás natural e do biogás em função de cenários de análise de demanda.
 - (B) a uma conta corrente calculada pelo órgão regulador do Estado de São Paulo, que registra, para cada concessionária, as variações do preço do gás e de seu transporte vigentes no mercado em relação ao valor contido na tarifa fixada no início de cada ciclo tarifário. Os saldos são compensados junto à concessionária, quer positivo, quer negativo.
 - (C) apenas ao título de um certo tipo de gráfico, geralmente de barras, de acompanhamento da variação tarifária do gás natural em todos os entes federados do país.
 - (D) a gráficos de variação de preço do gás natural no mercado internacional, que permitem uma adequação tarifária para o Estado de São Paulo.
 - (E) a um procedimento estatístico de compensação tarifária entre a demanda e a oferta do gás natural, com acompanhamento diário.
78. Sobre o fornecimento de gás natural canalizado ao Estado de São Paulo, assinale a alternativa correta.
- (A) Navios metaneiros trazem o gás natural de Pecém/CE para o porto de Santos, onde este é injetado no gasoduto. Esse gás representa 65% do gás natural consumido do Estado de São Paulo.
 - (B) O gás natural que chega ao Estado de São Paulo é proveniente da bacia de Urucu.
 - (C) O gás natural canalizado no Estado de São Paulo procede, principalmente, da Bolívia e da bacia de Santos.
 - (D) Sergipe é o Estado que produz a maior parte do gás natural consumido em São Paulo.
 - (E) A Bahia é o Estado que produz a maior parte do gás natural consumido em São Paulo.
79. Em relação ao gás natural comercializado no país (exceto na região Norte), à pressão de 1 atm normal e à temperatura de 20 °C, na base seca, o poder calorífico superior – PCS – regulamentado pela ANP, em kJ/m³, se situa entre:
- (A) 35 000 e 43 000.
 - (B) 39 000 e 47 000.
 - (C) 27 500 e 32 000.
 - (D) 12 000 e 20 000.
 - (E) 40 000 e 45 000.
80. Desde que atendidas as especificações técnicas, a ANP permite a injeção, nos gasodutos de gás natural, de
- (A) gás de síntese e biogás.
 - (B) gás de síntese, apenas.
 - (C) biometano e biogás.
 - (D) biogás, apenas.
 - (E) biometano, apenas.